

Hingel critica redução de recursos na educação

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA — O ministro da Educação, Murílio Hingel, classificou ontem de grave o problema do ensino público no País. Ele afirmou que a situação tende a piorar caso a sociedade não se mobilize contra a iniciativa de prefeitos de Minas Gerais, que querem excluir da Constituição a obrigatoriedade de os municípios destinarem à educação 25% de sua arrecadação em impostos. "Temos de conter este movimento que prejudicará o futuro de nossas gerações", pediu Hingel, durante o lançamento da publicação **Educação e Desenvolvimento Municipal**, que aponta 15 municípios como exemplos de qualidade de ensino.

Hingel afirmou que a criança é a prioridade do MEC. Ele revelou que as regiões Norte e Nordeste são as que têm o maior número de municípios inadimplentes, os quais ainda não prestaram contas de convênios assinados com o governo. "Alagoas e Sergipe são os maiores devedores", disse, sem apresentar números. O ministro garantiu que, em 1994, não faltarão vagas no ensino fundamental.

Ao anunciar que este ano serão inaugurados 360 Centros de Atendimento à Integral à Criança (Caic), programa que no governo Collor tinha como meta construir 5 mil centros até o final de 1994, o ministro criticou as escolas particulares. "Há algum tempo temos sentido que há um movimento para desmoralizar as escolas públicas", afirmou. "Curiosamente, este movimento vêm das escolas particulares", disse. Hingel pregou a necessidade de reverter a situação, elevando a qualidade do ensino nas escolas públicas.

Desempenho — De um total de mil cursos de pós-graduação existentes no País, 690 se destacaram por apresentar o melhor desempenho, em 1990/1991, conforme a avaliação feita no ano passado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), do Ministério da Educação. Os cursos de maior qualidade se concentram nas universidades do Sul e Sudeste. A Capes estuda formas de incentivos às universidades do Norte e Nordeste.